

INVENTANDO O BRASIL... UMA VISÃO HISTORIOGRÁFICA¹

FREDERICO DE CASTRO NEVES*

RESUMO

Este artigo procura analisar o nascimento da historiografia do Brasil, suas implicações na legitimação do Estado Nacional e suas referências à formação da população brasileira. Observa-se que os principais temas e abordagens que perpassam a produção historiográfica herdeira do IHGB, inclusive as mais atuais, retomam o texto inicial de Carl. F. Von Martius, "Como se deve escrever a História do Brasil", escrito em 1844. As comemorações dos "500 anos" levadas a cabo neste ano de 2000 reforçam e reproduzem esta matriz historiográfica, merecendo uma análise crítica por parte dos historiadores.

* Doutor em História, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Quando, em 1843, por iniciativa de Januário da Cunha Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) decide instituir um prêmio – “uma medalha de ouro, no valor de 200\$000 rs” – a “quem apresentar o mais acertado plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que n’ella se comprehendam as suas partes politica, civil, eclesiastica e literaria”,¹ não estava somente criando mais uma celebração de suas próprias primeiras figuras de destaque, nem ao menos propondo mais uma possível interpretação sobre a sociedade brasileira. O que estava em jogo, neste momento crucial, era a criação pioneira de uma *identidade nacional* que pudesse legitimar a existência de uma totalidade – o Brasil – e de um Estado – Imperial – no contexto da integração das diversas regiões e realidades sociais que compunham o território sobre o qual se estabeleceu a presença colonizadora portuguesa na América.

O texto vencedor deste prestigioso prêmio – de autoria de Karl Friedrich Philipp Von Martius, um membro da comissão de notáveis enviados ao Brasil pela corte de Viena em 1817 – estabelece, entre outras coisas, “a Nação como unidade homogênea e como resultado de uma integração orgânica entre as diversas províncias” e ressalta a “atuação do elemento branco,

através de seu papel civilizador (...) resgatando especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas nesta tarefa desbravadora e civilizatória”. As linhas demarcadas pelo estudioso alemão estão firmemente conectadas à “idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro”, legitimando diretamente o projeto político centralizador do Império brasileiro,

em pleno desenvolvimento na metade do século XIX.²

Nascida sob estas circunstâncias, a História do Brasil foi escrita na intenção de integrar a nova nação ao conjunto de nações civilizadas de matriz européia, embora nos trópicos, e na tentativa de afirmá-la como a herdeira de um processo colonizador que elevou o reino de Portugal ao *status* de pioneiro na expansão dos valores ocidentais pelo “novo” mundo. Assim, uma vez instalado o perfil desta nova nação, sua posição deveria ser consagrada pela História através do estabelecimento de uma linha evolutiva que a liga a um passado longínquo e imaterial, mitológico, conferindo-lhe um sentido de continuidade histórica que se perde no tempo.

Esta presença européia se afirma na historiografia com a idéia básica de que o português, “como descobridor, conquistador

¹ Este artigo tem a colaboração de Antônio Luís Macedo da Silva Filho.

e senhor”, sem dúvida “se apresenta como o mais poderoso e essencial motor” na composição das “forças diagonaes” em que “formou-se a actual população”, como afirmou o próprio Von Martius. Quanto às “duas raças inferiores”, negros e índios, que, afinal, também compõem as “forças diagonaes”, “igualmente concorreram para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população”, e, neste processo, “reagiram sobre a raça predominante”; mas, ao final, “o sangue portuguez, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluents das raças India e Ethiopica”.³

Desta forma, a repetição *ad nauseam* da teoria da miscigenação das raças que “constituem” o “povo” brasileiro por inúmeros trabalhos de diversas correntes históricas e diferentes ideologias políticas – cuja formulação original de Von Martius é elaborada negativamente pelos intelectuais “racistas” do século XIX e é reelaborada positivamente por Gilberto Freyre – procura retomar este princípio fundante e refazê-lo, explicando a originalidade brasileira no conjunto das nações modernas, mesmo que isso apareça muitas vezes como um obstáculo ao processo civilizador. A idéia básica – de que o “Brasil” é o resultado da combinação e miscigenação das três raças – permanece na historiografia brasileira desde então.

Ao mesmo tempo, a presença de uma monarquia unitária de origem portuguesa que se opunha às repúblicas de origem espanhola, nascidas da fragmentação das antigas estruturas administrativas coloniais e envolvidas em guerras e lutas sangrentas, configurava a presença de um “outro”, que poderia reafirmar positivamente a identidade forjada da nação brasileira. Desta forma, “os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie”.⁴ Não por acaso, o grande momento de glorificação da nação, origem dos grandes heróis e das modernas tradições militares, ocorreu durante a Guerra do Paraguai.

A partir deste momento crucial de formação de um Estado ocidental, cristão, euro-

peu e, especialmente, *branco* no novo continente, surge a necessidade urgente e legitimadora de buscar sua gênese – não por acaso, na chegada do europeu ao território desconhecido a que ele deu o nome de América. Uma História, contudo, prisioneira de um ponto de vista que identifica *civilização* e *progresso* com esta chegada e seus desdobramentos. O processo de colonização e cristianização implementado pelos portugueses transforma-se, assim, num empreendimento maior – a constituição da nação brasileira!

Uma linha evolutiva, por conseguinte, estabelece uma continuidade necessária e inevitável entre a odisséia da expansão portuguesa pelos mares “desconhecidos” e a complicada montagem de uma imensa nação tropical, pontuando os principais “fatos” e personagens como portadores de uma *potentia* adormecida – o Brasil. Assim nascem as “festas cívicas” que, na República, iriam tornar-se parte de um calendário permanente, na perspectiva de que “cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos”.⁵

Para este fim, uma operação discursiva deveria ser realizada com cirúrgica precisão: definir rigorosamente a Nação como a combinação inevitável e indissociável do Estado com o Território! Essa combinação confere ao Estado que se estava constituindo uma objetividade e uma naturalidade que lhe garantia uma sólida legitimação social. A partir daí, até mesmo os elementos da natureza – o clima, a vegetação, as paisagens, os rios e inclusive os “índios”! – pertenceriam a este referencial de significação que é a Nação, incorporando-os ao processo de estabelecimento de uma “identidade nacional” que os inclui, assim como inclui a população. Só assim o retorno inaugural ao século XV poderia ser descrito triunfalmente como o “descobrimento do Brasil”. Esta expressão, todavia, implica em dois enganos tão fundamentais quanto amplamente disseminados.

Em primeiro lugar, a “descoberta” somente poderia ter sentido para os portugueses e outros europeus, já que aquelas terras

só eram realmente “encobertas” ou “desconhecidas” para eles. Os habitantes originais – errônea e genericamente denominados de “índios” ou “indígenas” – conheciam-na perfeitamente e faziam dela seu lar mais sagrado, fonte de toda riqueza e razão de toda vida humana. O simples uso deste verbo – *descobrir* – implica em uma identificação simbólica com o projeto expansionista português e seu ideário de conquista e colonização, que se tornam, assim, presentes e vivos em nossa própria sociedade... que até hoje se apresenta como o “país do futuro”. Referir-se a chegada do europeu como “descoberta”, portanto, atualiza um conjunto de idéias e símbolos que legitima uma sociedade aristocrática e escravagista, profundamente desigual, que foi estabelecida na América portuguesa. A expressão “descoberta do Brasil”, assim, marca um ponto de vista determinado que orienta a percepção e o posicionamento da sociedade em face da chegada dos portugueses.

Em segundo lugar, a identificação imaginária entre Estado e território permite retroceder ao momento de chegada das frotas européias – seja de Cabral ou de Pinzón – como o ato inaugural de uma civilização nacional, o que, de fato, só irá se constituir no século XIX. O “Brasil” do século XV é, portanto, uma referência mitológica que, apesar de anacrônica, ganha materialidade na produção historiográfica herdeira do IHGB e, por extensão, na própria consciência histórica nacional. Se não existe “Brasil” no século XV, como ele poderia ser descoberto? Há, portanto, um *erro* histórico básico que, apesar de repetido como um saber elementar da disciplina histórica, “educa” a população e amplia as bases de fundação da identidade nacional.

Há, portanto, como associar a escrita da história do Brasil levada a cabo por Varnhagem, a partir das diretrizes de Von Martius, à produção de um saber sobre o “Brasil” capaz de viabilizar uma determinada ordem, que se legitima através das noções básicas de *civilização* e *progresso* e seus agentes fundamentais – os europeus. Desta forma, a historiografia que funda (“descobre”!?) o

Brasil procura demonstrar “a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização”, excluindo, desde já, a possibilidade de incorporação dos negros e dos indígenas como agentes dessa nova nacionalidade. Pelo contrário, serão apresentados como fatores de impedimento ao processo civilizador. É bem verdade que, com relação aos nativos, há uma tentativa de incorporá-los mitologicamente ao conjunto simbólico de formação da nação, conforme a idéia inicial de Von Martius, inclusive porque isso poderia garantir aquela unidade entre Estado e território já mencionada – uma unidade entre a sociedade (a pujança civilizatória européia) e a natureza (os elementos atávicos dos indígenas), tão bem expressa na obra romanesca de José de Alencar, mesmo que a conquista definitiva do território pelo português tenha como corolário inevitável a morte ou a destruição dos indígenas.⁶ Essa abordagem, no entanto, merece de Varnhagem um comentário depreciativo e suspeito sobre “idéias que acabam por ser subversivas” – veiculadas pela literatura, especialmente de Gonçalves Dias – pois apresentam a “imagem do indígena como portador da ‘brasilidade’”.⁷ Para o autor de *História Geral do Brasil*, os indígenas encontravam-se em completo estado de degradação e decadência, de que somente o cristianismo os poderia livrar; assim, é como se estivessem em um estágio de evolução que não os permitisse desenvolver racionalmente um universo de símbolos e valores identificado com “cultura” ou “civilização”. Sendo assim, “de tais povos na infância, não há história: há só etnografia”.⁸

Quanto aos negros, estiveram ausentes do ato inaugural e permaneceram ausentes na narrativa que o instituiu. Sem lugar no discurso histórico que inventou o Brasil, os negros aparecem apenas, desde o trabalho de Von Martius, como um dos elementos que compõem a “mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial”.⁹ Mescla, aliás, que incluía os “etíopes” como, segundo ele mesmo, a “última classe da população brasileira”, a

qual “d’ahi a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas e lhes comunicará aquella actividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado”.¹⁰ Para Varnhagem, por outro lado, a escravização dos africanos – “colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda liberdade” – ocorreu em função da proibição legal de escravizar os indígenas, o que significou uma perda irreparável para a civilização brasileira, pois, “se os colonos escravos africanos concorriam a aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia”. A “mescla das três raças”, portanto, deveria ser orientada para que “as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente do nosso povo os característicos da origem africana”.¹¹

Olhando para o passado, desta maneira *instituindo-o*, a produção histórica de Von Martius e Varnhagem compõe uma linha evolutiva que necessariamente liga o momento de constituição do Estado Nacional brasileiro à chegada triunfal dos portugueses aos territórios antes apenas vislumbrados em cartas, delírios, viagens e estudos – delineando também um *plano*, do qual seríamos todos seu resultado: uma racionalidade genial! O “descobrimento” é, assim, descoberto pela historiografia oficial e institucional, servindo à função que lhe é designada – a legitimação do Estado imperial, conferindo-lhe uma memória, que se confunde com sua história, estabelecendo desta forma uma “certeza” científica que irá impregnar a memória coletiva por todo o século seguinte – sendo essa a sua “eficácia” peculiar.¹² Para Von Martius, especialmente, a obra histórica sobre o Brasil deve “ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constancia, industria, fidelidade, prudencia, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Isso especialmente porque “idéias immaturas” são disseminadas perigosamente entre a população por “ideólogos

de todas as qualidades” e “republicanos de todas as côres”. Assim, o livro de história deve ser escrito “para convencer-os por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projectos utopicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarchia em um paiz onde há um tão grande número de escravos”. E conclui: “nunca esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”.¹³

O Descobrimento, assim instituído mitologicamente – na medida em que sua origem se perde no tempo histórico, fornecendo “uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade”¹⁴ – como gênese da sociedade brasileira, possui, entretanto, outro importante efeito simbólico: ocultar os elementos que conformaram a chegada dos portugueses, o estabelecimento da colonização e suas características fundamentais.

Em primeiro lugar, esta conexão unilinear entre portugueses e brasileiros escamoteia a presença de outros tantos europeus circulando pelos mares, desde os anos finais do século XV, em busca de terras e riquezas. Aventureiros de toda sorte cruzavam as águas do Oceano Atlântico em barcos de diversas formas e tamanhos, enfrentando-se violentamente pelo domínio das possessões encontradas. Espanhóis, ingleses, franceses e holandeses desafiavam os portugueses no controle das rotas oceânicas, estabelecendo tratados com os nativos e buscando atrair forças para um efetivo controle sobre o território. Esta questão poderia levar a um debate sobre o pioneirismo de Cabral ou de Pinzón na tarefa do “descobrimento”. No entanto, obviamente, este debate só possui um sentido se aceitarmos integralmente a versão “oficial e institucional” da história oferecida pela historiografia a partir de Von Martius e Varnhagem: somente a partir dela teria importância saber quem chegou primeiro às ter-

ras “brasileiras” – e chamar de “brasileiras” as terras a que aportaram os europeus no século XV é claramente sintomático. Ainda no final do século XIX, porém, Capistrano de Abreu lança algumas luzes a respeito, distinguindo uma solução cronológica – meramente factual – de uma solução sociológica – posto que com os portugueses é que “inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadas”.¹⁵ Mas instituir historicamente a nação brasileira é, para a historiografia tradicional, conectá-la diretamente ao mundo europeu e português, procurando nas origens da monarquia ibérica as raízes da nacionalidade brasileira. Assim, para Varnhagem, “não existe descontinuidade entre o Estado português e o Estado brasileiro, pois o primeiro é a base sobre a qual se assenta o segundo”, o que garante não só um processo pacífico e linear de independência, como reforça que “unidade territorial e unidade racial se integram e se confundem na mística de que só uma nação unitária tem condições de sobreviver”.¹⁶ Ao se pensar nas lutas pelo controle dos territórios de exploração colonial – entre portugueses e franceses, portugueses e holandeses, etc – como um *processo em aberto*, portanto, poderemos estar aptos para vislumbrar novas alternativas de explicação histórica, em que a “necessidade” de implantação da colonização portuguesa como origem da nação brasileira fique relativizada. A presença de outros europeus não indica uma “necessidade histórica”, mas a vitória portuguesa em uma luta feroz pelas riquezas que se avistavam fáceis e abundantes. A continuidade estabelecida por Varnhagem, de qualquer forma, já havia sido questionada – mais uma vez – por Capistrano de Abreu, que concebeu “o futuro Brasil como área de disputa entre Portugal e outros países europeus, no lugar de sacramentar o Tratado de Tordesilhas”.¹⁷

Em segundo lugar, a versão oficial ocultada a própria presença autóctone das inúmeras

“tribos nômadas” que habitavam o território ocupado, transformando-as em “primeiros habitantes do Brasil” ou coisa do gênero. Desprezando esta alteridade, podem os portugueses – eles mesmos – propor uma colonização baseada na idéia de que a terra encontrada é *desabitada e improdutivo*. Por outro lado, as imagens produzidas por Von Martius acerca do estado de “profundo aviltamento” em que se encontravam os autóctones já no exato momento de chegada dos portugueses marcam profundamente a historiografia, que, para falar dos povos indígenas, precisa apresentá-los em um momento anterior ao “contato” com os brancos, em sua pretendida “pureza” étnica, como se, depois disso, eles não possuíssem mais história. Von Martius chegou a suspeitar seriamente de que “todas as tribus (...) pertençam a um unico e grande povo, que sem dúvida possuiu a sua história própria, e que, de um estado florescente de civilização, decahiu para o actual estado de degeneração e dissolução”. Os “aborigenes do Brazil”, ao contrário de “uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina”, constituíam-se em “ruínas de povos” e apresentavam um “triste e penível quadro” que não é “senão o residuum de uma muito antiga, posto que perdida, história”. Aconselha, portanto, ao IHGB empreender investigações arqueológicas com o objetivo de descobrir ruínas possivelmente semelhantes às encontradas no México ou na Bolívia.¹⁸ A partir dessa perspectiva, a chegada dos portugueses – a invasão do território, com a conseqüente expulsão, morte ou desagregação cultural dos “indígenas” – pode ser apresentada pela historiografia como “povoamento” e a submissão de indígenas e africanos – em relações de trabalho escravistas de bases mercantis implementadas em plena época moderna – passa a ser simplesmente mostrada como “produção colonial” ou “colonização”. Justifica-se a matança pela incapacidade “demográfica” do indígena, sua inferioridade eugênica, que não consegue adensar a sua presença no território nem tampouco apro-

veitar as riquezas naturais de uma terra que, “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”.¹⁹ Uma outra vertente que se insere nesta perspectiva é uma tendência da historiografia “chapa branca” atual a enfatizar a recorrência de guerras genocidas que marcariam a “história do Brasil”, antes mesmo da chegada de Cabral. Assim, já que os “sambaquis” foram arrasados pelos “jês”, que, por sua vez, foram massacrados pelos “tupis”, chega-se à brilhante conclusão de que, ao exterminarem os “tupis”, “os lusos apenas repetiram o que os povos que tinham chegado aqui antes deles já haviam feito”.²⁰ Desta forma, a violência perde a sua especificidade e dilui-se nas brumas tortuosas de uma história comparativa duvidosa, banalizando-se pela repetição sem crítica nem denúncia. As ritualizadas lutas intertribais são, assim, equiparadas ao genocídio em escala comercial protagonizado pelos europeus, ao arrepio das mais elementares preocupações antropológicas.

Em terceiro lugar, a violência da escravidão é amenizada pelo silêncio. Se as produções historiográficas fundadoras, de Von Martius e Varnhagem, já omitiam ou atenuavam a instituição das relações escravistas na formação econômica e social da colônia, os textos produzidos, mais de um século depois, para divulgação e consulta pela Internet no momento de comemoração dos 500 anos – em que o “governo federal, através de recursos das áreas de educação, cultura e comunidade solidária, se une à Rede Globo, para capitanear um *pool* de iniciativas públicas e privadas” – apresentam a “origem africana” como “um dos povos que mais viria a contribuir para a formação da nação brasileira”, informando apenas que “começaram a ser trazidos para o Brasil no século XVI” e que “cerca de 4 milhões de negros foram desembarcados aqui”. De fato, este texto do ano 2000 inova apenas ao substituir “vieram” por “ser trazidos” e “desembarcaram” por “foram desembarcados”, tal como era usual na historiografia tradicional até a década de 1970, o que não deixa de ser indicativo de uma abordagem que não nega o caráter

de migração compulsória. Contudo, esta substituição, por si só, não menciona nem explicita a violência da escravização ou do cotidiano da escravidão. Pretende-se apresentar um processo harmônico e pacífico que legitima a comemoração em torno da efeméride e a homenagem a “toda a riqueza da nossa cultura, dos nossos talentos, valores e origens”. Para tanto, os escravos são apresentados apenas como “africanos”, a “raça preta ou etiópica” de Von Martius, diluindo as contradições de um gigantesco processo de imposição violenta do trabalho e a instituição de toda uma cultura baseada na exclusão e na segregação.²¹ Oculta-se, desta forma, que os “africanos” foram inseridos compulsoriamente em relações de trabalho determinadas – relações sociais escravistas!

Por fim, em quarto lugar, numa lista que poderia se estender quase ao infinito, o processo de expansão cultural levado à cabo pelos religiosos e pela Coroa portuguesa é apresentado pela historiografia oficial como uma ampliação dos valores cristãos e civilizados, negligenciando, de forma particular, a criação de uma língua nova – a “língua geral”, mistura de línguas locais interpretadas pelos jesuítas como forma de homogeneizar a diversidade cultural dos autóctones em uma só cultura, “indígena” – e a imposição, no século XVIII, por um decreto do Marquês de Pombal, de uma língua estranha – o português, que era falado apenas pelas elites coloniais nas áreas mais urbanizadas. A diversidade linguística dos autóctones constituía-se em um “obstáculo” para a ação missionária dos jesuítas, pois “dificultava as relações e atava a confiança”. A solução veio com a “*tupinização* de grande parte do Brasil, realizada não totalmente, mas talvez em seu aspecto decisivo, por obra e graça dos Jesuítas, que, observa Martius, estabeleceram a língua dos Tupis por escrito”.²² No entanto, a tradução é sempre “tradução cultural”, em que os símbolos e valores constitutivos da cultura indígena manifestados na língua, ao serem transpostos para a linguagem escrita, podiam ser combatidos e, no mesmo movimento, outros valores se-

rem estimulados. Assim, o *culto aos mortos*, central na religiosidade tupi, constituía-se no “alvo real a ser destruído pela pregação jesuítica”, de tal forma que conseguisse “diabolizar toda cerimônia que abrisse caminho para a volta dos mortos”. Com tal interpretação da cultura tupi, realizada pelos missionários, a substituição da língua oral pela escrita procedeu a uma seleção de valores em que “era preciso circunscrever o lugar do Mal, cercá-lo, vencê-lo e sotopô-lo às hostes do Bem”.²³ A introdução de elementos como “a criação do mundo, e a Incarnação e os demais artigos da fé, e mandamentos da Lei”, ou a idéia de “Princípio e fim do mundo”, assim como a “redução da língua tupi a regras ou Arte gramatical”,²⁴ faria com que uma série de elementos simbólicos estranhos à cultura indígena a fossem reformulando em direção a sua ocidentalização, ao lado da cristianização. Portanto, a partir de uma dada interpretação da língua e da cultura tupi, toda a diversidade étnica e lingüística existente foi homogeneizada e submetida simbolicamente, construindo-se uma unidade “indígena” onde havia uma multiplicidade cultural. Novamente, ao ocultar esse processo da escrita da História, oculta-se também o fato de que a identidade nacional que se instituiu a partir dessa imposição é um movimento de supressão da diversidade cultural e lingüística, visando apresentar a todos a evolução de um povo e de uma cultura, de um povo unificado e de uma cultura homogênea, resultado da combinação de povos igualmente unificados e homogêneos – o “indígena”, o “negro” e o “branco”. Ao mesmo tempo, ao apresentar o papel de uma língua única a materializar a unidade nacional, tão alardeada quanto motivo de orgulho por parte das elites, desvia-se o olhar da criação de uma língua de conversão – e, portanto, de destruição étnica e cultural – e de uma língua de dominação – impressa e oficial, importante instrumento de poder simbólico. A língua, e especialmente a língua impressa, como fator de agregação “imaginária” em torno de símbolos nacionais e de modos de dizer e pensar que são “corre-

tos” e/ou “civilizados”, passa a ser vista como natural e própria da evolução mesma da presença portuguesa na América. O poder e a língua impressa precisam mapear o mesmo Império, expressar uma unidade inquestionável, sedimentar a formação de uma nacionalidade homogênea baseada na uniformidade lingüística que expressaria uma única cultura, sobre a qual se fundamentaria a nação brasileira e sua identidade.²⁵ Não é de se estranhar que a atuação dos padres jesuítas e de outras ordens católicas tenha sido primordialmente na educação, configurando um padrão vernacular que se estenderia com a alfabetização em massa no século XX – que, apesar de incompleta, ou por isso mesmo, estabelece um modelo de linguagem que, ao se distanciar cada vez mais das práticas lingüísticas populares, funciona como dispositivo de poder que discrimina e inferioriza, valorizando os “competentes”, que dominam os códigos dominantes, em detrimento dos “incompetentes”, os “analfabetos funcionais” que constituem-se em uma imensa parcela da sociedade brasileira.²⁶ A presença da Igreja Católica e seus representantes na educação brasileira até hoje está longe de ser insignificante.

Ao longo de, pelo menos, 150 anos, essa versão oficial e institucional da história do Brasil transmutou-se em *memória*, contribuindo decisivamente na formação de uma *consciência histórica*. Instilada em inúmeros veículos de comunicação ou de instrução – livros didáticos e de vulgarização, símbolos e emblemas, hinos e heróis, imagens e textos que se reproduzem *ad infinitum* – e instituindo um conjunto de práticas nacionalistas e patrióticas, essa memória passa a se constituir novamente em *história* no interior da epistemologia positivista nascida do IHGB, por um processo de superposição entre os dois significados que a palavra *história* possui: o *processo* vivido e o *conhecimento* produzido sobre esse processo.²⁷ Estabelecendo uma explicação para o presente e legitimando, pela constituição de uma unidade identitária, o Estado Nacional brasileiro, essa versão oficial apresenta-se como o próprio

processo histórico vivido e não como uma interpretação desse processo. As idéias de Von Martius e Varnhagem, assim, assumem um caráter de naturalidade que se instala paulatinamente no senso comum, na consciência histórica nacional, apagando suas origens de *criação* histórica – uma construção teórica baseada em pressupostos epistemológicos definidos e uma interpretação do passado que o redefine e o atualiza.

Hoje, em pleno ano 2000, a versão atualizada do discurso tradicional nascido do IHGB permanece insistindo na idéia do descobrimento como “o cerne e o coroamento da aventura portuguesa pelos mares do mundo”, apresentando a mesma narrativa linear de conexão entre a história da Europa e a história brasileira. A “novidade” consiste, agora, em qualificar a história ensinada nas escolas – que é herdeira direta da história tradicional de Varnhagem – como “tediosa”. Assim, a tarefa do historiador seria mostrar “um processo orgânico e múltiplo, repleto de ação e aventura”, retomando a versão da história como *mestra da vida*, que pode “se explicar por si própria e se desvenda como um fluxo de acontecimentos interligados, revelando de onde viemos e nos permitindo antever para onde vamos”. A história deve “acompanhar passo a passo a viagem de Cabral” para mostrá-la como o “episódio inaugural da história oficial do Brasil” e, ao lado dos “aspectos mais lúdicos e mais particulares”, revelar os “dados econômicos fundamentais” do tipo: “Quanto custou a viagem de Cabral? Quem a financiou e com qual objetivo? Qual o preço de uma nau e de uma caravela em 1500? De que forma, onde e por quem tais embarcações foram construídas? Quanto Pedro Álvares Cabral recebeu para chefiar aquela missão e por que foi ele o escolhido? Por que sua viagem mudou o curso da história econômica da Europa?”

Enfim, ao atualizar a versão inicial da História do Brasil, essa história jornalística e “chapa branca” pretende reafirmar os mesmos valores europeus e a mesma seqüência factual que marcou a trajetória forjada pelos

positivistas. A História, como disciplina, é transformada em “extraordinária aventura”, que, sem dúvida, continua “repleta de significados e envolta em mistérios insondáveis”; mesmo hoje, “quinhentos anos depois do luminoso desembarque em Porto Seguro”...²⁸

O “Descobrimento do Brasil”, assim, como elo fundamental de conexão entre a nação brasileira e sua pretendida origem européia, aparece na historiografia oficial como um “fato” consumado, história vivida, verdade absoluta – quando é discurso, versão, interpretação. A memória histórica assim constituída pode selecionar os elementos da lembrança e do esquecimento, realizando seu “trabalho de enquadramento” que conforma e limita as memórias individuais, fornecendo “um quadro de referências e de pontos de referência”,²⁹ que constituem um “investimento simbólico” significativo, em que “o ocultamento do presente através de um obsessivo resgate do passado” é sua maior consequência.³⁰

A comemoração em torno dos 500 anos da chegada do europeu às terras ao sul do continente americano fornece, portanto, um amplo material para reflexão sobre a história, a memória e a política, já que é através da construção de uma identidade coletiva que a nação pode legitimar-se, obtendo a adesão consciente ou não de parcelas significativas da sociedade, já que, qualquer que seja este patamar de adesão, “a memória é um fenômeno construído”. De qualquer maneira, o significado conferido a este evento é sempre um objeto de disputa, na qual os historiadores desempenham papel importante. O resultado dessa luta, por outro lado, longe de constituir-se em mera erudição inútil, pode “determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”,³¹ reafirmando valores e opções políticas.

O “Descobrimento”, assim, inventado pela História e guardado a sete chaves pela memória, pode ser re-inventado pela Nova História – ela também uma invenção de historiadores...

NOTAS

- ¹ *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, nº 17, abril de 1843, Suplemento, p. 30.
- ² GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27; DIEHL, Astor A. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo-RS, Udiupf, 1998, pp. 21-51. Cf. também: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 23-50.
- ³ VON MARTIUS, Carl. F. P. “Como se deve escrever a História do Brasil.” In *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, nº 24, janeiro de 1845, pp. 390-391. Em vários aspectos, este trabalho prenuncia os temas e as abordagens que seriam adotados pela historiografia oficial no Brasil. Para um elogio do autor, Cf. MENEZES, Djacir. “Von Martius – (No Centenário de sua morte – 13 de dezembro de 1869).” In *Revista do Instituto do Ceará*, t. 82, 1968, pp. 56-63.
- ⁴ GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos.” op. cit., p. 7.
- ⁵ Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, do Governo Provisório, Apud OLIVEIRA, Lúcia L. “As festas que a República manda guardar.” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989, pp. 181-182. Neste decreto, o “descobrimento do Brasil” deveria ser comemorado no dia 03 de maio.
- ⁶ Cf. RIBEIRO, Renato Janine. “Iracema ou a Fundação do Brasil.” In FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998, pp. 405-414. É possível também falar de “mito sacrificial”. Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3 ed, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp.176-190.
- ⁷ Carta de Varnhagem ao Imperador D. Pedro II, datada de 18 de julho de 1852. In LESSA, Clado R. (org.) *Francisco Adolfo Varnhagem: Correspondência ativa*. Rio de Janeiro, INL, 1961, p. 187. Apesar de poucas referências diretas, a influência da obra de Von Martius no trabalho de Varnhagem é marcante. A obra deste último caracteriza-se pela riqueza de fontes, pelo extremo conservadorismo e pela pobreza estilística. Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/Nova Fronteira, 2000, pp. 72-94.
- ⁸ VARNHAGEM, Francisco A. *História Geral do Brasil*. 6 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1959, In ODÁLIA, Nilo. *Varnhagem*. São Paulo, Ática, 1979, p. 38. O Padre Antônio Vieira já havia sugerido uma observação semelhante, ao afirmar, com respeito aos indígenas, que “só lhes falta cultura”. *Cartas de Vieira*, I, pp. 350-351 In LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938, Tomo IV, Livro V, p. 310. Capistrano de Abreu, no entanto, aponta uma interessante tendência, ao iniciar sua narrativa da história do Brasil com os “Antecedentes indígenas”, “considerando os tempos pré-cabralinos como parte de nossa história”. VAIFAS, Ronaldo. “Miscigenação e racismo na historiografia brasileira.” In COSENTINO, Francisco C. (org.) *1500/2000: Trajetórias*. Belo Horizonte, Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 155; ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*. 7 ed, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. USP, 1988, pp. 43-54.
- ⁹ GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos.” op. cit., p. 16.
- ¹⁰ VON MARTIUS, Carl. F. P. “Como se deve escrever a História do Brasil.” op. cit., p. 391. De fato, em poucas linhas, Von Martius pondera sobre a necessidade de “analisar as circunstâncias das colônias portuguesas na África, de todas as quaes se trafica em escravatura para o Brazil” (p. 406). Interessam a ele, apenas e tão-somente, as condições gerais do tráfico de escravos, mas

- não as relações sociais entre senhores e escravos nem mesmo uma história dos povos africanos.
- ¹¹ VARNHAGEM, Francisco A. *História Geral do Brasil*. op. cit., pp. 72-74.
- ¹² Cf. FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo, Martins Fontes, 1989, pp. 11-22.
- ¹³ VON MARTIUS, Carl. F. P. “Como se deve escrever a História do Brasil.” op. cit., pp. 409-410.
- ¹⁴ CHAUI, Marilena. “O mito fundador do Brasil.” In *Folha de São Paulo*, 12.03.2000.
- ¹⁵ ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. 2 ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 41. Como se vê, o historiador maranguapense supera o debate sobre o pioneirismo, mas permanece preso às teorias sobre a “civilização européia e branca nos trópicos”. Cf. também, sobre o pioneirismo, MENEZES, Eduardo D. B. “Capistrano e o Brasil Redescoberto?!” In *O Povo*, 25.09.98.
- ¹⁶ ODÁLIA, Nilo. “Introdução.” In *Varnhagem*. op. cit., p. 22.
- ¹⁷ VAIFAS, Ronaldo. “Miscigenação e racismo na historiografia brasileira.” op. cit., p. 155. Por outro lado, o sentimento nativista manifestado por alguns cronistas dos primeiros séculos da colonização, indicado pela historiografia oficial como origem da nacionalidade brasileira, consistia, segundo um hoje amplamente festejado historiador, na afirmação de um “orgulho pela lusitanidade”, que apresentava as novas terras como uma extensão do Império português. MELO, Evaldo C. de. “Uma Nova Lusitânia.” In MOTA, Carlos G. (org.) *Viaagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo, Ed. SENAC, 2000, p. 73. Melhor do que aceitar a versão historiográfica oficial seria, portanto, crer na inspiração dos artistas, expressa na voz do personagem Mathias, de uma peça coincidentemente proibida pela censura do regime militar: “Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”. BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. *Calabar. O elogio da traição*. 3 ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 14.
- ¹⁸ “Quando os portugueses descobriram o Brasil, e n’elle se estabeleceram, acharam os indígenas proporcionalmente em tão diminuto número e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colonias podiam desenvolver e estender-se quasi sem importar-se dos autochtonos.” VON MARTIUS, Carl F. P. “Como se deve escrever a história do Brasil.” op. cit., pp. 397 e 392-393. Essa opinião é compartilhada integralmente por Varnhagem. A “degeneração” poderia ser compreendida, portanto, como resultado da própria decadência desta civilização anterior, o seu “aviltamento”, com o que os portugueses em nada contribuíram. A versão atualizada dessa conclusão é desenvolvida por Eduardo Bueno. Cf. nota 16.
- ¹⁹ *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, São Paulo, Dominus, 1963.
- ²⁰ BUENO, Eduardo. “A lei do mais forte e o pêndulo da História.” In <http://www.brasil-outras500.org.br/artigos>. Publicado originalmente na Revista *Época*.
- ²¹ Cf. MATTOS, Marcelo B. “Outros 500: considerações na contracorrente da invenção dos 500 anos.” In <http://www.brasil-outras500.org.br/artigos>.
- ²² LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. op. cit., Tomo IV, Livro V, p. 310. O trabalho citado de Von Martius intitula-se *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Erlangen, 1863).
- ²³ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. op. cit., pp. 66-70. Cf. também CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário. “Corrigir e dominar: considerações sobre língua, história e poder no Brasil.” In *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 2, jul./dez. 1999, p. 51-68, <http://www3.ufjf.br/~clionet/rebb>.
- ²⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. op. cit., Tomo II, Livro V, pp. 545-549. Segundo este autor, o estudo e o ensino da “língua geral” começaram ainda em meados do século XVI, na Bahia e

- em São Vicente. [Para uma interessante análise da “ideologia da catequese”, Cf. NEVES, Luiz Felipe B. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978, pp. 23-98.]
- ²⁵ Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1989, pp. 77-93. No entanto, a identidade nacional pode ser também pensada como uma “comunidade imaginada”, um conjunto de dispositivos discursivos que produzem um senso comum de pertencimento, que “dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte”. HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 2 ed, Rio de Janeiro, DP&A, 1998, pp. 47-65.
- ²⁶ Cf. CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1982.
- ²⁷ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed, Campinas, Ed. UNICAMP, 1994, pp. 17-20. Um terceiro significado, associado ao segundo, seria o de narração desse processo. De fato, a consciência histórica brasileira ainda hoje é profundamente marcada pela história linear e heróica construída pelos positivistas.
- ²⁸ BUENO, Eduardo. “Uma empolgante viagem rumo ao Descobrimento.” In http://www.brasil500.com.br/br500novo/historia/passeio_historia/textopasseio_01htm.
- ²⁹ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 9-12. É conveniente também lembrar que a memória é uma “leitura seletiva” do passado: “ela esquece e lembra no mesmo movimento”. LOVISOLO, Hugo. “A memória e a formação dos homens.” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 16.
- ³⁰ MENDONÇA, Sônia R. “Brasil: 500 anos de quê?” In <http://www.brasil-outros500.org.br/artigos>.
- ³¹ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social.” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 204.